

# Capital, força de trabalho e relações de gênero<sup>1</sup>

**Susan Ferguson**

Professora do Departamento de Jornalismo e Mídia Digital  
Universidade Wilfrid Laurier (Canadá)

**David McNally**

Professor do Departamento de Ciência Política  
Universidade de Toronto (Canadá)

---

<sup>1</sup> Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. Artigo originalmente publicado em 2013 como introdução à reedição do livro *Marxism and the Oppression of Women*, de Lise Vogel.

**Capital, força de trabalho e relações de gênero**

**Resumo:** O presente texto de Susan Ferguson e David McNally é uma introdução do livro de Lise Vogel, *Marxismo e opressão às mulheres*, publicado originalmente em 1983 e reeditado em 2013. Trata-se de um ensaio no qual Ferguson e McNally destacam a importância da obra de Vogel e a situam perante uma bibliografia cada vez mais extensa que vem discutindo as relações entre opressões de gênero e o capitalismo no âmbito do marxismo.

**Palavras-chave:** 1. Opressão de gênero; 2. Marxismo; 3. Feminismo

**Capital, Labor-Power and Gender-Relations**

**Abstract:** The following paper, from Susan Ferguson and David McNally, is the introduction of Lise Vogel's book, *Marxism and the Oppression of Women*, originally published in 1983 and reedited in 2013. It's an essay in which Ferguson and McNally point out the importance of Vogel's work and situate it in front of a bibliography that grows larger and larger, discussing the relations between gender oppressions and capitalism in the scope of Marxism.

**Keywords:** 1. Gender oppression; 2. Marxism; 3. Feminism

**T**odo livro tem sua história de vida curiosa. Enquanto alguns alçam grandes alturas de sucesso numa onda de aclamação pública, outros rapidamente mergulham na obscuridade. Então, há também aqueles que vivem uma existência, em larga medida, subterrânea e seguem vivos graças aos esforços de pequenos grupos de seguidores dedicados, que o divulgam desafiando um silêncio maior. O último caso é a história de *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* [Marxismo e opressão às mulheres: por uma teoria unitária] de Lise Vogel. Publicado pela primeira vez em 1983, o trabalho de Vogel surgiu em um momento de profundo desarranjo para o movimento feminista socialista que havia moldado os próprios termos de referência do livro. Cambaleando sob as marteladas do neoliberalismo na esfera política e da teoria pós-moderna no âmbito intelectual, e profundamente desorientado pelo recuo dos movimentos socialista, da classe trabalhadora e de mulheres, o feminismo socialista se agarrou a uma existência desesperada às margens da vida intelectual e política. Uma década antes, um livro como o de Vogel teria se tornado um para-raios de discussões e debates enérgicos. Em meados dos anos 1980, ele quase não figurou no radar cultural.

Mas a originalidade do texto de Vogel ajudou a nutrir sua sobrevivência discreta, garantindo que ele não desaparecesse completamente. Apesar de seu momento inoportuno, acadêmicos e ativistas marxistas e do feminismo socialista (os presentes autores entre eles), individualmente, o divulgaram, apontando para os leitores a que é possivelmente a mais sofisticada intervenção marxista nos debates teóricos lançados pelo feminismo socialista. E hoje, em meio a um ressurgimento da luta anticapitalista e de uma pequena renascença do pensamento marxista e radical, sua reimpressão parece oportuna e convincente. Há, afinal, um crescente anseio por trabalhos teóricos que integrem explicações de diferentes formas de opressão em uma análise anticapitalista abrangente. Para tanto, as principais linhas de argumentação

estabelecidas em *Marxismo e opressão às mulheres* apresentam recursos indispensáveis para o desenvolvimento rigoroso de teorizações histórico-materialistas do capitalismo e da opressão às mulheres.

Antes de mais nada, *Marxismo e opressão às mulheres* distingue-se pelo fato de que *O Capital* de Marx (v. I) constitui seu ponto de partida teórico. Com efeito, muitas feministas socialistas haviam empregado textos marxistas para fins analíticos. Geralmente, no entanto, trabalhos como *A Ideologia Alemã* ou *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Engels constituíam os principais pontos de referência. De tais textos, os analistas derivavam compromissos gerais com um foco na produção e reprodução social da vida material. Mas os autores raramente se comprometiam com o foco da madura exposição do modo de produção capitalista de Marx, encontrado na sua obra de vida, *O Capital*. No entanto, como Vogel reconhece, qualquer exposição marxista séria da opressão à mulher na sociedade capitalista é obrigada a levar em conta as categorias teóricas centrais desse imponente trabalho. Dito de maneira simples, o procedimento crítico de Marx em *O Capital* revela uma série de conceitos relacionados – a mercadoria, valor, dinheiro, capital, força de trabalho, mais-valor e assim por diante – que foram projetados para iluminar os profundos processos estruturais através dos quais o modo de produção capitalista se reproduz.

Então, enquanto compromissos materialistas em geral são louváveis, as teorizações histórico-materialistas específicas desenvolvidas ao longo do *Capital* nos levam a um nível de clareza conceitual notavelmente mais alto. Ao levantar o problema da opressão às mulheres no contexto do quadro categorial do *Capital*, e ao fazê-lo não apenas de uma forma *ad hoc*, Vogel abriu uma nova direção para a pesquisa feminista socialista. E, ainda que seu texto não seja, de forma alguma, totalmente bem sucedido nesse sentido, suas realizações são, contudo, consideráveis. Para visualizar isso, precisamos empreender uma breve excursão pelo campo das teorizações feministas socialistas da década e meia anteriores ao aparecimento de *Marxismo e opressão às mulheres*.

## Feminismo socialista: trabalho doméstico, teoria pós-moderna e reprodução social

Ao longo de toda a década de 1970, o feminismo socialista se desenvolveu como uma corrente política e teórica distinta e sustentada por um vigoroso projeto de pesquisa. As feministas socialistas estavam, em grande medida, unidas por um compromisso de compreender que a opressão às mulheres estava fundada nas relações sócio-materiais intrínsecas ao capitalismo, em vez de serem simples produtos de atitudes, ideologias e comportamentos. Para tanto, se voltaram para abordagens teóricas associadas com a concepção materialista de história de Marx.

Uma maneira crucial na qual o marxismo se diferencia das teorias “burguesas” da sociedade é o seu compromisso com o materialismo ou, para sermos mais precisos, o seu compromisso com a teoria fundamentada nas práticas humanas corporificadas, através das quais a vida sócio-material é produzida e reproduzida. Ser um marxista é investigar o âmbito das relações concretas, historicamente construídas de pessoas e coisas e apresentar os padrões, regras e contradições descobertos nesse âmbito como explicações críticas do social. Foi a confiança nesta abordagem que inspirou a rica e inovadora literatura feminista marxista dos anos 1960 e 1970, um conjunto de obras que se desenvolveu em diálogo com as ideias cada vez mais radicais da ala esquerda do movimento de mulheres contemporâneo.<sup>2</sup> Surgido no final dos anos 1960, o debate do trabalho doméstico cristalizou a busca por localizar os fundamentos sócio-materiais da opressão às mulheres nos termos e conceitos da economia política marxiana.

Esse debate – os problemas que se propõe a explorar, os caminhos pelos quais levou os leitores e o colapso final do seu quadro analítico – prepara a cena para *Marxismo e opressão às mulheres*. Embora Vogel ensaie esses contornos com algum detalhamento, vale a pena nos determos um momento, aqui, para resumir os objetivos e a trajetória desse debate.

---

<sup>2</sup> Ainda que não haja nenhuma linha rígida e fixa diferenciando o feminismo socialista do feminismo marxista, este último tendia a se identificar explicitamente com o materialismo histórico e com a crítica de Marx da economia política. Esse é o sentido em que usamos o termo.

Feminismos anteriores haviam identificado o lar como um local de opressão às mulheres e alguns haviam relacionado vagamente a esfera doméstica com o âmbito da produção. Mas não foi até 1969, com a publicação do artigo de Margaret Benston “The Political Economy of Women’s Liberation” [A economia política da libertação feminina], que o *trabalho* que as mulheres executam no interior do lar se tornou um tema de indagação crítica. A originalidade de Benston reside em propor uma compreensão desse trabalho como *trabalho produtivo* – um processo ou conjunto de atividades das quais a reprodução da sociedade (capitalista) depende como um todo.<sup>3</sup> De forma simples: sem trabalho doméstico, os trabalhadores não podem se reproduzir e, sem trabalhadores, o capital não pode ser reproduzido.

Não se pode subestimar a importância deste simples movimento. A formulação de Benston introduziu um quadro analítico dentro do qual se podem situar as experiências que as feministas de uma geração anterior, como Simone de Beauvoir e Betty Friedan, só puderam descrever. Intuindo o poder desse quadro, feministas socialistas começaram, ao longo da década seguinte, a teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista. Dentro e através das páginas dos periódicos *Radical America*, *New Left Review*, *Review of Radical Political Economics*, *Cambridge Journal of Economics*, *Bulletin of the Conference of Socialist Economists* entre outros (HARTMANN, 1981, p. 34-35),<sup>4</sup> sondaram os conceitos marxistas de valor de uso e valor de troca, força de trabalho e classe, para identificar o que podiam revelar sobre o significado político-econômico das mundanas tarefas do lar, desde lavar pratos e preparar refeições até vestir e cuidar de crianças.

Duas questões definitivas e relacionadas surgiram: o trabalho doméstico produz (mais-)valor? O trabalho doméstico constitui um modo de produção em si mesmo, distinto do modo capitalista? Vogel rastreia os esforços de Benston, Peggy Morton e Mariarosa Dalla Costa para resolver essas questões, mostrando como suas contribuições conduziram às seguintes respostas: “Não”, o trabalho

---

<sup>3</sup> Havia ali, no entanto, uma evidente ambiguidade: o trabalho doméstico é uma atividade humana produtiva indispensável à vida social ou é também produtora de capital? A discordância nessa questão gerou um debate feminista e socialista crucial.

<sup>4</sup> Hartmann provê uma visão bastante abrangente de contribuições além das que Vogel discute. Ver também Luxton (2006. p. 43n).

doméstico produz valor de uso, não valor de troca e, portanto, não produz diretamente mais-valor; e “possivelmente”, o trabalho doméstico é um modo de produção próprio, que opera de acordo com uma lógica distinta, pré ou não capitalista.

Assim, se o debate do trabalho doméstico chamou atenção para o potencial de uma análise político-econômica marxiana da opressão às mulheres, suas conclusões também pareciam realçar seus claros limites. Em 1979, Maxine Molyneux e Heidi Hartmann, em dois artigos diferentes (publicados no *New Left Review* e *Capital and Class* respectivamente) propuseram perspicazes avaliações desses limites. Citando seu reducionismo econômico, funcionalismo e a confusão entre os níveis de análise, declararam que o debate do trabalho doméstico era um debate moribundo. À época, poucos comentaristas discordaram. Ainda que não descartando totalmente o marxismo, os críticos lançaram dúvidas sobre a capacidade que economia política marxiana teria de oferecer algo além de uma compreensão limitada da opressão às mulheres. Efetivamente, chamando o marxismo de “cego ao sexo”, Hartmann instou que uma “análise especificamente feminista”, uma teoria do patriarcado, deveria suplementá-la. O “casamento” ou a união mais esperançosa do marxismo com o feminismo tinha acabado; uma “nova direção para a análise feminista marxista” só poderia ser desenvolvida se os dois movimentos – cada um com objetivos diferentes, às vezes, contraditórios – conseguissem aprender a coabitar respeitosamente (LUXTON, 2006, p. 2-3).

Apesar de o artigo de Hartmann ter tornado explícito o chamado para uma abordagem de “dois sistemas” (uma abordagem socialista e feminista, em vez de feminista socialista), o fato é que muitas feministas socialistas (incluindo as participantes do debate do trabalho doméstico) já estavam trabalhando nestes termos. Mas, como atestam as contribuições para uma compilação de artigos de 1981 em resposta a Hartmann, *Women & Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*, [Mulheres e Revolução: uma discussão sobre o infeliz casamento entre marxismo e feminismo], a perspectiva dualista era também profundamente falha. A teoria dos dois sistemas, criticavam as autoras, era incapaz de teorizar adequadamente a fundamentação de apenas duas esferas distintas (onde se encaixariam racismo e heterossexismo nesse esquema, se perguntavam); tampouco podia explicar convincentemente a

natureza da interconexão entre patriarcado e capitalismo. Iris Young sugeriu que esses problemas evidenciavam uma evasão metodológica fundamental:

“A teoria dos dois sistemas permite que o marxismo tradicional mantenha a sua teoria das relações de produção, mudança histórica e análise da estrutura do capitalismo de forma basicamente inalterada (...) [tratando] a questão da opressão às mulheres como um mero aditivo às principais questões do marxismo” (YOUNG, 1981, p. 49).

A solução, continuava, seria desenvolver:

“uma teoria das relações de produção e das relações sociais que delas derive e as reforce, que tenha as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos *centrais*. Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo nessa teoria. Temos que desenvolver um quadro analítico que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um sistema único no qual a diferenciação de gênero é um atributo central” (IBID., 1981, p. 50).

Ainda que sua própria proposta sobre como tal teoria *unitária* da opressão às mulheres poderia ser alcançada – através de uma análise da divisão do trabalho – decepcione,<sup>5</sup> a noção de que as próprias categorias do marxismo podem ser reimaginadas através de uma lente feminista, e uma análise das relações de gênero integrada em uma “teoria das relações de produção” abrangente, abriu uma linha de investigação significativamente nova.

No entanto, a proposta de Young chegou em um momento não auspicioso. O surgimento do neoliberalismo, que, por conveniência, podemos datar a partir das eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan em 1979 e 1980, respectivamente, correspondeu a um novo período de recuo social para a esquerda, no qual os ganhos anteriores dos movimentos social e trabalhista foram agressivamente revertidos. Desorientados por um período de recuo, muitos grupos ativistas voltaram seus olhares para dentro, lutando para resolver os desafios político-organizativos que as políticas antirracistas e *queer* colocavam para sua presumida unidade e identidades. O recuo político também induziu deserções e reorientações teóricas. O comprometimento com políticas

---

<sup>5</sup> Como Vogel aponta, a análise de Young, em última instância, “ameaça recriar o próprio dualismo que deseja evitar”. Ver Vogel (1983, p. 192n).



emancipatórias e revolucionárias, então, parecia cada vez mais ultrapassado, fora de contato com a fragmentação social e a cultura do consumismo que eram a marca de uma era pretensamente nova. O momento era propício, portanto, para a desaprovação das “grandes narrativas”, que era marca da teoria pós-moderna e pós-estrutural. Um culto ao particular tornou-se a ordem do dia, a procura por teorias unitárias de qualquer tipo era levemente dispensada como uma pitoresca busca de “modernistas” fossilizados.

O feminismo socialista também se vergou sob os ventos dessa mudança política e intelectual. A análise de Michele Barret do patriarcado como *ideologia* – um poderoso conjunto de ideias pré-capitalistas capaz de resistir ao impulso bastante real de equalização que caracteriza o capitalismo – foi fundamental nesse aspecto.<sup>6</sup> O marxismo althusseriano de Barret parecia um corretivo saudável para os modelos excessivamente mecanicistas que influenciaram o feminismo socialista anterior. Mas também alimentou abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas (e foi, possivelmente, por elas engolido), que deslocaram a própria orientação materialista da teoria social que havia distinguido as discussões feministas socialistas sobre o trabalho doméstico. Rapidamente capturadas por uma onda pós-estruturalista de alta teoria, as acadêmicas feministas de esquerda frequentemente pareciam irrelevantes diante das mulheres que continuaram a lutar em seus locais de trabalho e comunidades por direitos e liberdades feministas.

No entanto, círculos ativistas também testemunharam um brusco afastamento do marxismo, momento em que políticas indentitárias tomaram a frente. Neste contexto, tornou-se quase axiomático que acadêmicos e ativistas dispensassem o marxismo em geral – e a economia política marxiana em particular – como um quadro explicativo datado, irremediavelmente reducionista, inadequado para a construção de uma teoria abrangente da opressão às mulheres. Ao mesmo tempo, o punhado de grupos de extrema esquerda que insistiam no contrário, com frequência defendia ortodoxias passadas, mostrando uma indisposição para reconhecer que o materialismo histórico precisava reavaliar sua análise da opressão às mulheres na sociedade capitalista.

---

<sup>6</sup> Para uma crítica da historiografia de Barret, ver Brenner e Ramas (1984).

No entanto, havia importantes exceções, particularmente entre quem continuou a se envolver com a política econômica marxiana por meio de uma perspectiva da “reprodução social”. De fato, é justo dizer que a corrente especificamente feminista marxista dentro do feminismo socialista tendeu cada vez mais em direção a um modelo da reprodução social, em vez de se focar no trabalho doméstico *per se*. O feminismo da reprodução social adere significativamente ao espírito do apelo de Young. Ele compartilha a premissa de que a opressão às mulheres sob o capitalismo pode ser explicada em termos de um modelo unitário, materialista. No entanto, em vez de localizar a base desse modelo na divisão generificada do trabalho (como fez Young) ele toma a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho como ponto de partida.

*Marxismo e opressão às mulheres* foi uma das primeiras contribuições para a construção dessa abordagem. Outras feministas socialistas, majoritariamente canadenses, iam na mesma direção de Lise Vogel, mais ou menos na mesma época, mas este livro é mais teoricamente robusto, em uma elaboração precoce dessa problemática no estudo da arquitetura conceitual do *Capital* de Marx.<sup>7</sup> Enquanto, como reconhece Vogel, tal abordagem não pretende explicar todos os aspectos da opressão às mulheres tal como vivida sob o capitalismo, mas estabelece uma firme fundação sócio-material para compreender essa opressão (VOGEL, 1983, p. 138). Assim, recupera o feminismo socialista de uma obstinada preocupação com ideias e discurso, evitando, ainda, as dificuldades metodológicas do debate inicial do trabalho doméstico e da teoria dos dois sistemas. Ao fazê-lo, define os parâmetros de uma teoria da opressão às mulheres sob o capitalismo que aspira a ser tanto materialista quanto histórica.

### Retrabalhando Marx: teorizando a produção e reprodução da força de trabalho

*Marxismo e opressão às mulheres* traz um subtítulo significativo: *por uma teoria unitária*. Esse subtítulo liga o projeto de Vogel à busca feminista socialista

---

<sup>7</sup> Ver em Ferguson (1999) uma revisão de outros trabalhos que exploraram e desenvolveram o paradigma feminista da reprodução social no início dos anos 1980.

por uma explicação teórica única e integrada tanto da opressão às mulheres quanto do modo de produção capitalista. Em vez de enxertar uma explicação materialista da opressão de gênero na análise de Marx do capitalismo – e incorrer no ecletismo metodológico que empestia a teoria dos dois sistemas – Vogel propõe estender e expandir o alcance conceitual das principais categorias do *Capital* a fim de explicar com rigor as raízes da opressão às mulheres. Fazê-lo, evidentemente, envolve abordar o *Capital* de maneira antidoutrinária, acentuando seu espírito crítico-científico enquanto um programa de pesquisa, convidando à extensão e ao desenvolvimento de seus conceitos centrais. A busca de Vogel por uma teoria unitária não só faz isso, ela também sonda ausências teóricas no *Capital*, lugares onde o texto é, em grande parte, silencioso quando não precisaria – na verdade, *não deveria* – ser.<sup>8</sup> Desta, *Marxismo e opressão às mulheres* leva as inovações conceituais do *Capital* a conclusões lógicas que escaparam ao seu autor e a gerações de intérpretes.

É útil seguir o fluxo da argumentação de Marx no *Capital*, rastreando os pontos que Vogel identifica como chaves – a reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho – assim como as passagens em que o texto silencia justo onde deveria ter explorado essa questão crucial.

### O capitalismo e sua "mercadoria especial"

O aparecimento da força de trabalho humana – a mercadoria que sustenta todo o sistema de produção de mais-valor – é crucial no texto do *Capital*. Quando nossos olhos se voltam para essa “mercadoria especial” (MARX, 1976, p. 270), podemos discernir uma pista vital dos mistérios do capital: somente quando uma massa enorme de pessoas são expropriadas e forçadas a entrar no mercado de trabalho para procurar os meios de vida, vendendo suas capacidades de trabalho por um salário, o processo sistemático de acumulação de capital pode ser lançado. O capital, em outras palavras, “pode ganhar vida,

---

<sup>8</sup> Vogel sugere que as omissões de Marx nesta área derivam de sua tendência a naturalizar uma divisão do trabalho historicamente específica. Isto é claramente uma parte da história. Além disso, como veremos, a visão de Marx pode ter sido distorcida por sua crença de que a família da classe trabalhadora estava em um estado de desintegração irreversível (VOGEL, 1983, p. 62).

somente quando o proprietário dos meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho. E essa condição histórica única compreende uma história do mundo” (IBID., p. 274).

Tendo identificado a força de trabalho como o eixo em torno do qual todo o sistema gira, Marx declara que “nós, agora, devemos examinar mais de perto essa mercadoria peculiar, a força de trabalho. Como todas as outras, ela tem um valor. Como o valor é determinado?” (IBID., p. 274). Essa questão – como o valor da força de trabalho é determinado – agitou controvérsias significativas nos estudos marxistas, e também preocupou muitas teóricas feministas socialistas. Mas se seguirmos Marx muito rapidamente aqui, corremos o risco de deixar de fazer uma pergunta igualmente poderosa – e, para o atual propósito, mais crucial: como essa mercadoria especial é, ela mesma, produzida e reproduzida? Marx percebe que há uma questão neste ponto, mas não chega ao coração dela. O *insight* crítico de Vogel envolve interromper a argumentação de Marx, bem neste ponto e perguntar: quais são as *condições de possibilidade* dessa “mercadoria especial”, a força de trabalho, o próprio pivô da economia capitalista? Qual é a natureza dos processos sociais através dos quais a força de trabalho em si é produzida? A resposta de Vogel é decisiva. “A força de trabalho (...) não é produzida capitalistamente”. Em vez disso, ela é produzida e reproduzida em um “local baseado em parentesco”, a “família da classe trabalhadora” (VOGEL, 1983, p. 151 e 170).<sup>9</sup>

Enfocar a família da classe trabalhadora não é um movimento propriamente original. A inovação de Vogel tem a ver com o papel social que ela atribui à família da classe trabalhadora (ela mesma organizada com base na diferença de idade e gênero) e as formas pelas quais ela a analisa. Para iniciar identificando a família da classe trabalhadora como o local social da produção/reprodução dessa mercadoria especial, a força de trabalho, Vogel passa de uma preocupação predominante com a estrutura e dinâmicas *internas* dessa forma de família para sua *relação estrutural* com a reprodução do capital.

---

<sup>9</sup> Outros, é evidente, haviam tocado nesta questão antes da aparição do texto de Vogel. Ver, por exemplo, Secombe (1974); Quick (1977) e Gimenez (1978). Não se sabe que alguma analista antes de Vogel tenha explorado esta questão tão sistematicamente e em relação tão atenciosa com o *Capital*.

Evidentemente, outras teóricas feministas haviam focado na relação da família da classe trabalhadora com o capital através da reprodução da força de trabalho. Mas a maioria dessas críticas concluiu erroneamente que, como o trabalho doméstico produz a força de trabalho que cria valor e mais-valor para o capital, ele também deve ser uma forma de trabalho criador de valor.<sup>10</sup> Vogel, claramente, apreende o que está errado nesse argumento: o trabalho no lar não é mercantilizado, ele produz valores de uso, não mercadorias cuja venda realiza mais-valor para o capitalista.

Outras também haviam observado isso, mas, diferentemente dessas teóricas do trabalho doméstico, a avaliação de Vogel não a leva a argumentar que a base sócio-material da opressão às mulheres pode ser encontrada nas relações de gênero dentro do lar. Ainda que a família seja fundamental para a opressão às mulheres na sociedade capitalista, o pivô desta não é o trabalho doméstico das mulheres para os homens ou para as crianças, por mais opressivo ou alienante que ele seja. Em vez disso, a opressão gira em torno da importância social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que reforça a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza. E, ainda que ele não tenha que ser realizado no interior do lar, – orfanatos públicos ou privados, por exemplo, assumem a responsabilidade de reproduzir força de trabalho também – o fato de que é um assunto predominantemente privado, doméstico, realizado de acordo com o fato biofísico de que a procriação e a amamentação requerem corpos sexuais-femininos, explica por que existem pressões sobre a família para estar em conformidade com a desigualdade de normas de gênero. Em outras palavras, as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um impulso patriarcal trans-histórico que coloca homens contra mulheres (embora tais atitudes, evidentemente, persistiram ao longo do tempo e do espaço). As raízes sócio-materiais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de produzir a

---

<sup>10</sup> Essa noção equivocada foi promovida por Dalla Costa e James (1972); Gardiner (1976) e Humphries (1977), entre outros. Foi recentemente repetida por Hensman (2011, p. 7-10).

próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração.<sup>11</sup>

É importante salientar que essa explicação não precisa ser uma forma de “funcionalismo”. O argumento aqui não é que o capitalismo *criou* a família nuclear heterossexual para este propósito. O argumento é que as formas de família que preexistiam ao capitalismo foram defendidas pelas pessoas da classe trabalhadora ansiosas por preservar os laços de parentesco e que elas também foram reforçadas e modificadas por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas (discutimos esses dois lados na próxima seção abaixo). Através de processos sociais complexos e às vezes contraditórios, então, formas de família compatíveis com a reprodução privatizada da força de trabalho foram tanto preservadas quanto adaptadas a uma ordem de gênero burguesa moderna.

Ao apresentar este argumento, Vogel nos dá uma base histórico-materialista para compreender a persistência de formas de família generificadas ao longo do espaço e tempo do modo de produção capitalista. Com esta percepção, a natureza do debate feminista marxista é transformada. O lar *em si* já não é um quadro analítico adequado; a unidade doméstica é agora teorizada em relação à reprodução do capital. Ao mesmo tempo, a especificidade do trabalho em casa se mantém, em vez de ser erroneamente combinada com processos de trabalho mercantilizados (e, portanto, produtores de valor).

Essa perspectiva fundamenta a opressão às mulheres na sociedade capitalista nas relações centrais do modo capitalista de produção em si. A fim de garantir a produção e reprodução das fontes atuais e futuras de força de trabalho, o capitalismo requer mecanismos institucionais através dos quais ele pode exercer controle sobre a reprodução biológica, formas de família, criação das crianças e manutenção de uma ordem de gênero. Por mais que as relações entre homem e mulher dentro dos lares possam expressar e reproduzir socialmente uma ordem de gênero de dominância masculina, elas não são a totalidade da opressão às mulheres. De fato, devido ao papel estratégico dos

---

<sup>11</sup> Pode ser útil pensar na contribuição de Vogel nestes termos: ao se focar numa pré-condição social do processo de trabalho sob o capitalismo – a reprodução da força de trabalho – ela põe em primeiro plano a relação entre mulheres e capital, sugerindo que a relação entre mulheres e homens seja entendida dentro deste contexto histórico e não a-historicamente, como um fenômeno universal trans-histórico.

lares privados (em princípio) como locais de produção e reprodução da força de trabalho, decorre que famílias monoparentais chefiadas por mulheres são parte da matriz da opressão de gênero, assim como as famílias chefiadas por duas ou mais mulheres. A ordem de gênero capitalista, assim, é estruturalmente fundada não em um patriarcado trans-histórico ou um modo de produção doméstico separado, mas na articulação entre o modo de produção capitalista e as famílias da classe trabalhadora, que são fundamentais para a produção e reprodução da força de trabalho.<sup>12</sup>

Tendo localizado o ponto principal no qual Vogel inova com relação à análise de Marx, retornemos agora ao *Capital* para indicar as maneiras como Vogel confronta as ausências lógicas no texto de Marx.

### A família da classe trabalhadora e a reprodução geracional da força de trabalho

Marx está longe de ser alheio à necessidade de renovação geracional de suprimento de força de trabalho. De fato, ele a incorpora na sua teoria do salário. Ao abordar a questão do valor da mercadoria força de trabalho, que é expresso no salário, Marx nos diz que não é apenas uma questão de reproduzir o trabalhador assalariado direto. Afinal:

“O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, então, sua aparição no mercado deve ser contínua, e a contínua conversão de dinheiro em capital pressupõe isso, o vendedor da força de trabalho deve se perpetuar, ‘da forma em que todo indivíduo vivo se perpetua, pela procriação’. A força de trabalho retirada do mercado por desgaste e morte, deve ser continuamente substituída por, no mínimo, uma quantidade igual de força de trabalho nova. Portanto, a soma dos meios de subsistência necessários para a produção da força de trabalho deve incluir os meios necessários para os substitutos do trabalhador, ou seja, seus filhos, a fim de que esta raça de peculiares proprietários de mercadorias possa perpetuar sua aparição no mercado” (MARX, 1976, p. 275).

---

<sup>12</sup> Outras instituições sociais, particularmente as escolas, também desempenham papéis importantes neste contexto. Mas o lar privado permanece sendo a chave da produção e reprodução biossocial da força de trabalho.

Aqui, no entanto, nos deparamos com um problema: além da procriação, Marx é notadamente silencioso sobre os processos através dos quais a próxima geração da “raça de peculiares proprietários de mercadorias” é trazida a luz e criada. De fato, em vez de teorizar sobre as relações e práticas sociais através das quais os futuros trabalhadores assalariados são produzidos, Marx se volta para um naturalismo simples, instruindo-nos de que, quando se trata da “manutenção e reprodução da classe trabalhadora”, os capitalistas “podem com segurança deixá-las aos impulsos de autopreservação e propagação dos trabalhadores” (IBID, p. 718).

No entanto esta é claramente uma não resposta para o problema. Assim como a procriação, os impulsos de autopreservação e propagação são organizados dentro das formas socioculturais de vida. E não se pode tomar essas formas como dadas, como uma teoria puramente naturalista sugeriria, já que são sócio-historicamente criadas e reproduzidas. Em outras palavras, não há nenhuma manutenção dos trabalhadores infantis e adultos fora das formas sócio-institucionais de vida. Nos tempos de Marx, como nos nossos, essas formas são, predominantemente, unidades baseadas em laços de parentesco conhecidas como famílias. Aqui, no entanto, encontramos um problema, porque Marx sustentava que o modo de produção capitalista estava destruindo a família da classe trabalhadora.

Sua análise, nesse sentido, é rigorosa e mesmo visionária, como veremos. Mas em nenhum momento ele reconhece que a destruição da família da classe trabalhadora significaria a eliminação desse local social em que ocorre a produção e reprodução da força de trabalho. Por conseguinte, ele não reconhece o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista nesta área: se as famílias baseadas nos laços de parentesco são os principais locais de produção e reprodução da força de trabalho, então, as dinâmicas econômicas capitalistas que minas essas famílias serão profundamente problemáticas para o capital como um todo. De fato, Marx estava perfeitamente consciente dos efeitos destrutivos do capital nas famílias da classe trabalhadora. *O Capital* transborda de divagações ultrajadas sobre trabalho infantil, assim como de trabalho feminino. E os efeitos domésticos prejudiciais destes fenômenos são frequentemente notados, como na seguinte observação:



“O trabalho de mulheres e crianças foi, portanto, o primeiro resultado da aplicação capitalista da maquinaria. Essa poderosa substituta do trabalho e dos trabalhadores, a máquina, foi imediatamente transformada em um meio de aumentar o número de trabalhadores assalariados, recrutando, sob a influência direta do capital, cada membro da família do trabalhador, sem distinção de idade ou sexo. O trabalho compulsório para o capitalista usurpou o lugar, não só de diversão das crianças, mas também do trabalho independente em casa, dentro dos limites habituais, para a própria família” (IBID., p. 517).

Em uma nota de rodapé à passagem acima, Marx ainda observa que “o capital, para efeitos da sua autovalorização, usurpou o trabalho familiar necessário para o consumo” (IBID., p. 518n).

Essas passagens são dignas de nota pelas maneiras em que Marx registra a realidade do trabalho doméstico, descrevendo-o como “trabalho independente em casa” e “trabalho familiar necessário para o consumo”. Ele está aqui no limiar de identificar o problema de como é garantida a produção (não capitalista) e a reprodução da mercadoria especial no centro do capitalismo. Tivesse ele confrontado essa questão diretamente, teria sido forçado a lidar com as contradições que ela levanta para sua própria reivindicação de que a industrialização, a maquinaria e o crescimento do trabalho feminino e infantil minavam a família da classe trabalhadora. Pois essa reivindicação não se assenta facilmente com o reconhecimento de que alguma instituição social, como a família baseada em parentesco da classe trabalhadora, é essencial para a reprodução de uma classe de trabalhadores assalariados. Em outra passagem, testemunhamos o reconhecimento parcial de Marx sobre as dimensões de gênero dessa questão:

“Uma vez que certas funções da família, como o aleitamento e cuidados de bebês, não podem ser completamente suprimidas, as mães confiscadas pelo capital precisam de algum tipo de substituição. O trabalho doméstico, tal como a costura e consertos, deve ser substituído pela compra de artigos prontos. Dessa forma, o reduzido dispêndio de trabalho em casa é acompanhado por um aumento no dispêndio de dinheiro fora da casa. O custo de produção da família da classe trabalhadora, portanto, aumenta, e equilibra sua renda maior.

Somado a isso, economia e julgamento no consumo e na preparação dos meios da subsistência tornam-se impossíveis” (IBID., p. 518n).

Aqui, Marx efetivamente levanta a questão da diferença biológica – não da gravidez e parto, sobre as quais ele silencia, mas dos “cuidados e aleitamento”. Ao fazê-lo, ele tacitamente reconhece que o trabalho de produzir a geração seguinte tem uma distintiva característica de gênero enraizada na diferença biológica. Isso, evidentemente, desemboca na questão de por que as mulheres experimentam formas únicas de opressão nas sociedades capitalistas. E bem neste ponto, Vogel faz uma contribuição crítica, argumentando que a organização social da diferença biológica constitui uma “pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero” (VOGEL, 1983, p. 142). Ainda que homens possam assumir alguns dos trabalhos domésticos associados à criação dos filhos e à manutenção da casa, há processos cruciais para os quais eles não são biologicamente dotados. Aqui, no entanto, precisamos ter muita precisão. Não é biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista.<sup>13</sup>

A análise de Vogel a este respeito se conforma estreitamente à lógica do *Capital*. No entanto, se Marx não seguiu esta linha de argumentação, parece ter sido por dois motivos. Uma é a clara tendência em seus escritos a tratar das relações entre homem e mulher como naturais e não sociais (IBID., p. 62). A outra razão é seu entusiasmo com a perspectiva de a classe trabalhadora ser (destrutivamente) liberada das formas de família patriarcais. Esse ponto de vista surge claramente na *Ideologia Alemã* (1846) e no *Manifesto Comunista* (1848). Enquanto o primeiro texto argumenta que a família proletária foi “realmente

---

<sup>13</sup> Note-se que essa ordem de gênero não exige que todas as mulheres deem à luz. Na verdade, ela acarreta relações de gênero em que a responsabilidade social de parir e criar a geração seguinte seja codificada como feminina. Sobre essa questão, ver também Armstrong e Armstrong (1983).

abolida”, o *Manifesto* insiste que “por ação da indústria moderna, todos os laços de família entre os proletários são despedaçados” (MARX; ENGELS, 1975a. p. 180; 1973, p. 84). O *Capital* se encontra em uma significativa continuidade com os textos prévios sobre esta questão. Além disso, Marx, ali, insiste que a dissolução da família da classe trabalhadora, terrível como é, prepara o caminho para uma forma social mais progressista:

“Por mais terrível e repugnante que possa parecer a dissolução dos antigos laços familiares sob o sistema capitalista, no entanto, a indústria moderna, ao atribuir, como faz, um papel importante ao processo de produção, fora da esfera doméstica, às mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos, cria uma nova base econômica para uma forma superior de família e das relações entre os sexos. É, evidentemente, tão absurdo assumir a forma teuto-cristã de família como absoluta e final como seria aplicar esse caráter às formas romana antiga, grega antiga ou oriental que, além disso, tomadas em conjunto, formam uma série no desenvolvimento histórico. Além disso, é óbvio que o fato de que o conjunto do grupo de trabalhadores, sendo composto por indivíduos de ambos os sexos e todas as idades, deve, necessariamente, sob condições apropriadas, tornar-se uma fonte de desenvolvimento humano; ainda que em sua forma capitalista brutal, espontaneamente desenvolvida, onde o trabalhador existe para o processo de produção e não o processo de produção para o trabalhador, esse fato é uma fonte pestilenta de corrupção e escravidão” (MARX, 1976, p. 620-621).

Essa visão de uma forma nova e mais “elevada” das relações entre mulheres e homens e adultos e crianças é inspiradora. Mas é baseada em uma premissa defeituosa: que o desenvolvimento capitalista significa inevitavelmente a desintegração da família da classe trabalhadora. Na verdade, Marx não conseguiu registrar a importância geral de jogadas legislativas orquestradas, particularmente durante o período vitoriano na Grã-Bretanha, para reafirmar as diferenças de gênero e para reforçar a família da classe trabalhadora. Comissões parlamentares figuravam proeminentemente, particularmente o *Report of the Children's Employment Commission* [Relatório da Comissão de Emprego Infantil], em duas partes, e o *Coalmines Regulation Act* [Ato de Regulamentação de Minas de Carvão], ambos de 1842. Relatórios como esses estimularam processos legislativos projetados para limitar o trabalho infantil e as horas de trabalho e para restringir o emprego feminino.

Em combinação com a legislação que criava a educação pública obrigatória das crianças, o Estado claramente se comprometeu a combater as taxas de mortalidade infantil e neonatal, a “educar” as crianças nas habilidades e docilidade adequadas ao capitalismo industrial, e reafirmar as divisões de gênero do trabalho que reforçavam a identificação das mulheres com a esfera doméstica. (É interessante observar, a este respeito, que o trabalho feminino nas minas era restrito, enquanto o serviço doméstico, frequentemente mais oneroso, ficou intocado.) O pânico moral acompanhou todos esses processos, incluindo um revelador receio de mulheres de calças trabalhando no subsolo com pás e picaretas, o que coincidiu com a legislação que proibia mulheres e meninas de realizar trabalho no subsolo das minas. Ao longo do período vitoriano, então, o Estado procurou reconstituir a família da classe trabalhadora com restrições ao trabalho infantil e feminino, reforçar a ordem de gênero vigente, responsabilizar o Estado pela a instrução pública das crianças, assim como pelas reformas da saúde e do saneamento – muito disso promovido por medo das hordas sujas e não civilizadas da classe trabalhadora, no território nacional e nas colônias, e pelo medo das mulheres transgressoras da classe trabalhadora em particular.<sup>14</sup>

Evidentemente, a classe trabalhadora também fez campanha para defender a sua vida familiar e suas redes de parentesco. Ao fazê-lo, ela involuntariamente acelerou as reformas que eram do interesse de longo prazo do capital – restrições ao trabalho infantil, pressões para um “salário família” masculino e limitações ao emprego feminino – e que também sustentaram a ordem de gênero dominante.<sup>15</sup> Como consequência, taxas de participação femininas no emprego remunerado se estabilizaram em cerca de 25% ao longo do século XIX, e o trabalho infantil diminuiu (HUMPHRIES, 1977, p. 251). A decomposição da família da classe trabalhadora foi assim interrompida; de fato, ela foi revertida.

É elucidativo que Marx não conseguiu captar isso e continuou a acreditar que a família da classe trabalhadora estava se dissolvendo. Isto é, em parte, um sintoma de considerar garantido algo que não se pode presumir – que novas

---

<sup>14</sup> Ver McClintock (1995, p. 114-118) que também explora a dimensão psicanalítica dos tais pânicos de gênero.

<sup>15</sup> Ver Clark (1995). Para uma discussão atenciosa desses processos ver Humphries (1977) e Laslett e Brenner (1989).

fontes de força de trabalho serão invariavelmente reproduzidas tanto geracionalmente quanto socialmente e que os suprimentos existentes serão reproduzidos diariamente, não apenas em quantidades adequadas, mas com as “habilidades” e “aptidões” adequadas. Não obstante suas próprias observações sobre os efeitos destrutivos da industrialização capitalista nas famílias proletárias, Marx continuou a recorrer a uma explicação ingenuamente naturalista na qual, quando se tratava de reproduzir a classe trabalhadora, o capital poderia “com segurança deixá-las aos impulsos de autopreservação e propagação dos trabalhadores”.

Como vimos, no entanto, a própria lógica dialética de Marx convida ao tipo de emenda que Vogel propõe. Assim como a reprodução do capital, a reprodução da força de trabalho também requer uma explanação crítica social. Mas isso não é possível sem uma teorização da reprodução biológica, social, diária e geracional da força de trabalho e da organização social da diferença biológica que ela acarreta em uma sociedade capitalista. Em suma, as relações internas entre gênero, família e o modo de produção capitalista devem ser tematizadas, se quisermos entender a opressão de gênero no capitalismo, de uma forma que se concatene com a estrutura conceitual do *Capital*.

## Críticos e crítica

Como observamos, *Marxismo e opressão às mulheres* não criou uma comoção em feministas e círculos marxistas no contexto de sua publicação. A única resposta acadêmica de relevância foi escrita por Johanna Brenner, autora de um dos mais importantes trabalhos social-feministas dos anos 2000.<sup>16</sup> Para Brenner, o livro de Vogel é notável como contribuição para a historiografia radical, particularmente em sua recuperação da tradição marxista sobre a “questão da mulher” e por situá-la no contexto político do início do movimento socialista. Ela sugere que Vogel amplia nossa compreensão das raízes teóricas dos dois sistemas, localizando-a entre os clássicos de Engels e Bebel, ao mesmo

---

<sup>16</sup> Ver Brenner (2000). Mais uma prova da negligência acadêmica do livro de Vogel: ele não é mencionado na impressionante pesquisa de trabalhos histórico-materialistas sobre relações de gênero apresentados em Haug (2005).

tempo em que identifica uma abordagem alternativa da “reprodução social” derivada das obras maduras de Marx. Brenner se impressiona menos, no entanto, com as inovações teóricas de Vogel, sugerindo que seu modelo de reprodução social não consegue considerar adequadamente os conflitos de interesse entre homens e mulheres, especialmente no que diz respeito ao papel ativo que os homens desempenham em instituir e manter a opressão de gênero. Ela argumenta que, como consequência, Vogel passa por cima de questões socialistas feministas chave sobre porque os homens “quase universalmente” exercem poder sobre as mulheres no interior do sistema familiar (BRENNER, 1984, p. 699).<sup>17</sup>

É intrigante que Brenner atribua essa falha ao “alto nível de abstração e generalidade” da análise Vogel. “Uma teoria ‘unitária’ adequada”, ela insiste, “teria que especificar, pelo menos, como a estrutura de classe define os limites dentro dos quais as classes subordinadas organizam as famílias e lares e como essas condições são definidas de forma a incentivar os sistemas de família de ‘dominação masculina’”. Tal projeto, ela continua, exige olhar para além da “base material” da sociedade, para as estruturas ideológicas e políticas que compõem a hierarquia de gênero. Carente dessa análise, Vogel oferece apenas um “estágio preliminar” da teoria da reprodução social (IBID., p. 699).

Os comentários de Brenner são instrutivos na medida em que articulam o exato problema que Vogel se propôs a resolver: estabelecer uma análise de primeira instância teoricamente indispensável da reprodução de capital, de gênero e social, que tornará possível uma teoria unitária – em oposição a uma análise dualista ou puramente descritiva. Brenner está, de fato, correta em dizer que Vogel não tenta teorizar o exercício do poder masculino no lar *per se* ou dar uma explicação histórica do seu desenvolvimento. Em vez disso, seu interesse está em analisar o que há nas relações fundamentais do capitalismo que parece exigir um sistema de família baseado em uma ordem de gênero de dominância masculina. Nas palavras dela, “é a responsabilidade pelo trabalho doméstico necessário para a reprodução social do capitalismo – e não a divisão sexual do

---

<sup>17</sup> Brenner critica corretamente Vogel por sua revisão excessivamente estreita da “questão da mulher” na tradição socialista, notando que ela deixa de dialogar com o trabalho da anarquista Emma Goldman ou da bolchevique Alexandra Kollontai.

trabalho *per se* – que sustenta materialmente a perpetuação da opressão e da situação desigual das mulheres e na sociedade capitalista” (VOGEL, 1983, p. 170).

Diferentemente de muito do pensamento feminista, especialmente depois da virada linguística na teoria social, ela procura decifrar as fundações sócio-materiais do sistema doméstico baseado na opressão às mulheres. Para tanto, ela explora a maneira em que as dinâmicas especificamente capitalistas estabelecem limites definidos na variedade possível de instituições e práticas de reprodução social. Ao identificar a necessidade contraditória do capital de explorar e renovar a força de trabalho – e considerando isso à luz da relação necessariamente diferenciada de homens e mulheres (ou corpos sexuados masculinos e femininos) com os aspectos de procriação e amamentação dessas práticas – Vogel identifica a dinâmica sócio-material do sistema capitalista que tende a reproduzir formas de família patriarcais, como persistentemente tem feito através dos espaços e tempos do capitalismo mundial.

Evidentemente, aqui estamos lidando com uma tendência e não uma lei de ferro. O fato de que a reprodução social é, e tem que ser, desempenhada através de indivíduos corporificados envolvidos pelos imperativos do capitalismo, não significa que toda e qualquer forma de família é funcionalmente determinada. Tradições culturais e lutas sociais também irão moldar a variedade de arranjos familiares disponíveis. Mas, ao identificar o problema chave da necessidade sob o capitalismo de um local social que reproduz a força de trabalho biológica e socialmente, a análise de Vogel nos permite entender por que as sociedades capitalistas, não obstante sua vasta gama de histórias diversas, reproduziram repetidamente formas de família de dominação masculina.

Da mesma maneira, ela também propõe uma forma de compreender porque as formas domésticas podem mudar de maneiras significativas, como com o crescimento do reconhecimento legal de casamentos e lares homoafetivos, assim como famílias chefiadas por mães solteiras ou pais solteiros sem que a opressão às mulheres seja eliminada. Por mais que as classes dominantes tenham resistido ao afrouxamento das normas de gênero e das morais sexuais, essas mudanças não minaram inerentemente a generificação das responsabilidades fundamentais de parto, amamentação e criação das crianças pequenas. Dessa forma, Vogel, de fato, prepara um estágio preliminar para uma teoria da reprodução social que conecta logicamente a opressão às mulheres às

características essenciais do modo de produção capitalista.<sup>18</sup> Em vez de uma fraqueza em seu trabalho, isto é, como argumentamos acima, um feito singular de *Marxismo e a Opressão às Mulheres*.

Trabalhando dentro da arquitetura conceitual do *Capital*, Vogel não apenas abre uma linha de investigação histórico-materialista muito produtiva, ela também supera algumas consideráveis fraquezas do feminismo socialista anterior. Particularmente, como vimos, ela lucidamente refuta a reivindicação falha de que trabalho não pago no lar produz valor e mais-valor. Ao mesmo tempo, no entanto, Vogel cai na armadilha de argumentar que o trabalho doméstico é um componente do trabalho necessário no sentido em que Marx usa o termo no *Capital* (IBID., p. 152-154).<sup>19</sup> Ela claramente erra aqui, como posteriormente reconhece em artigo de 2000 da revista *Science & Society*. Vogel estava, evidentemente, correta ao dizer que o trabalho de produzir e reproduzir as gerações atuais e futuras de trabalhadores assalariados é socialmente necessário para o capital.

O termo “trabalho necessário”, entretanto, tem um significado muito mais restrito para Marx na sua teoria do mais-valor: ele se refere ao trabalho que compreende um *custo necessário* para o capital, o trabalho que deve ser pago (em salário) dos fundos do capital.<sup>20</sup> É por isso que Marx se refere ao salário como “capital variável”. Há muito mais trabalho não remunerado – trabalho que não tem que ser pago pelo capital – que é necessário para a reprodução de uma sociedade capitalista. E o capital é certamente auxiliado em grande parte pelo fato de que as crianças são paridas, amamentadas, nutridas, amadas e educadas em unidades baseadas em parentesco, assim como os adultos são fisicamente, psiquicamente e socialmente reproduzidos nelas. Mas os capitais individuais aqui se beneficiam de práticas sociais que não formam nenhum dos

---

<sup>18</sup> Infelizmente, Vogel posteriormente se apropriou da noção hiper-abstrata de Althusser de “teoria” não contaminada pelo empírico a fim de explicar seu procedimento teórico em *Marxismo e a Opressão às Mulheres*. Ver Vogel (2000). A nosso ver, seria enormemente mais produtivo entender que o procedimento de Vogel estabelece as *condições de possibilidade* das formas de família e da ordem de gênero na sociedade capitalista.

<sup>19</sup> O mesmo erro aparece em Hensman (2011, p. 8).

<sup>20</sup> É claro, como vimos, que esses salários precisam ser adequados para ajudar a sustentar a produção da próxima geração de trabalhadores. Mas o *custo necessário* para o capital é o pagamento direto dos trabalhadores que se envolvem com o processo imediato da produção.



seus custos necessários.<sup>21</sup> Não há, portanto, nenhuma taxa de mais-valor aqui, tanto porque essas práticas não são mercantilizadas (elas produzem valores de uso, mas não valores de troca), quanto porque não há nenhuma estrutura de custo direta envolvida para o capital.

A posterior correção de Vogel sobre esse ponto é um importante esclarecimento que se deve ter em mente ao ler seu texto. Mais do que isso, ele é um lembrete do espírito científico crítico que informa *Marxismo e a Opressão às Mulheres* e que o torna um trabalho passível de renovação, extensão e desenvolvimento.

### Interseccionalidade, feminismo materialista, reprodução social e a contínua busca por uma teoria unitária

Como já observamos, *Marxismo e a Opressão às Mulheres* apareceu em um momento bastante inóspito, bem quando socialistas, a classe trabalhadora e os movimentos sociais radicais estavam retrocedendo sob a investida da ofensiva neoliberal. Esse contexto novo e hostil criou crescentes obstáculos para o florescimento de uma teoria e prática feminista socialista vibrante. Com o passar dos anos, as pautas políticas e intelectuais mudaram e a preocupação de inflexão marxista com a opressão de gênero ficou relegada aos museus da teoria “modernista”. Foi neste momento que a virada linguística, ela mesma em preparação há décadas, varreu as humanidades e ciências sociais e deixou suas marcas em partes da esquerda. Num reducionismo tão ostensivo como o praticado por qualquer materialismo vulgar, língua e discurso se tornaram *as forças determinantes* da vida social.<sup>22</sup> Identidades discursivamente construídas se tornaram o foco sobrepujante da análise política, enquanto a preocupação com o trabalho e as práticas humanas corporificadas era levemente dispensada como algo pitoresco, se não, propriamente delirante.

---

<sup>21</sup> É claro que alguns desses custos podem ser reivindicados pelo Estado na forma de taxas sobre o lucro. Abstráimos dessa questão aqui já que elas não afetam o argumento sobre a taxa de mais-valor.

<sup>22</sup> Ver uma amostra dos tratamentos marxistas destes desenvolvimentos em Jameson (1972), Palmer (1990), Hennessy (1993) e McNally (2001).

Inevitavelmente, talvez, conforme as duras realidades de gênero, raça e classe persistiam e conforme o militarismo imperialista se intensificava, notavelmente durante a primeira Guerra do Golfo, o abstracionismo rebuscado da teoria do discurso e seu completo distanciamento da intervenção política produziram uma contrarreação. Teóricos comprometidos com formas de crítica materialistas assim como com políticas emancipatórias logo lançaram respostas teóricas aos incapacitantes limites da “pós-teoria”. O início dos anos 1990 testemunhou momentos centrais nesse contra-movimento, em larga medida, iniciado sob as bandeiras do feminismo negro e do feminismo materialista.<sup>23</sup>

O feminismo negro, em particular, levantou a pauta que deu origem ao modelo conhecido como “interseccionalidade”, que rapidamente se tornou um grande ponto de referência numa vasta gama de debates teóricos. Essa abordagem tinha raízes profundas na experiência de organizações feministas socialistas de mulheres afro-americanas, notadamente, a *Combahee River Collective* formada em Boston em 1974, na qual a acadêmica e ativista Barbara Smith tinha um papel central. Empreendendo campanhas de direitos reprodutivos, abolição prisional, estupro, direitos lésbicos, esterilização forçada entre outros, o *Combahee River Collective* e as iniciativas feministas negras similares tinham pouco tempo para a redução da política ao discurso. Corpos, particularmente os corpos racializados e generificados de mulheres negras da classe trabalhadora, figuravam no centro de sua teoria e prática.<sup>24</sup> Emergindo do feminismo negro, a perspectiva interseccional, assim, manteve uma duradoura orientação materialista, por mais que estendesse e modificasse materialismos anteriores.<sup>25</sup>

Patricia Hill Collins, talvez a mais prolífica e célebre feminista dessa tradição, desenvolveu astuciosamente a discussão de W.E.B. Du Bois de que as hierarquias de raça, classe e nação *determinavam* mutuamente as realidades

---

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, Collins (1992 e 1993); Smith (1993), Hennessy (1993) e Landry e Maclean (1993).

<sup>24</sup> É importante reconhecer, nesses trabalhos, a influência de dois textos pioneiros: *Sex, Race, and Class* de Selma James (1975) e *Women, Race and Class*, de Angela Davis (1981).

<sup>25</sup> Houve, é evidente, posições do feminismo negro que direcionaram alguns desses trabalhos por caminhos mais pós-modernistas. O trabalho de bell hooks é frequentemente um indicador disso, apesar de hooks ter regularmente retornado a antiquadas e não pós-modernas preocupações com a classe social. Ver, por exemplo, hooks (2000).

políticas e econômicas das pessoas negras nos Estados Unidos, chamando atenção, dessa forma, para a “matriz de dominação” que engloba raça, classe e gênero.<sup>26</sup> Essa abordagem confrontou um problema chave que infestava tanto a perspectiva dos dois sistemas quanto a das políticas identitárias: elucidar as interrelações entre as distintas dimensões da experiência social e das instituições e práticas que as moldam. Por mais que essas perspectivas anteriores reconheçam uma conexão entre, digamos, sexismo e racismo, ou classe e heterossexismo, elas davam pouca atenção à operação da totalidade dentro da qual essas relações são internamente conectadas. Explicar teoricamente tais conexões se tornou o projeto distinto da interseccionalidade.

A interseccionalidade inspirou significativos trabalhos empíricos que documentam como a opressão é vivida de formas não compartimentadas e frequentemente contraditórias. Essa orientação empírica tem sido tanto sua força quanto sua fraqueza. Por um lado, ao atrair atenção para a *experiência* da opressão, tais estudos reinseriram as pessoas, agentes humanos, na análise da história e da vida social. Além do mais, essa abordagem compreende a experiência como sendo socialmente determinada de uma maneira não redutiva, em termos de processos contraditórios de organização e determinação social. Por outro lado, como Johanna Brenner aponta, muito do trabalho dessa tradição se limita a descrever e explicar as dinâmicas de *locais* sociais específicos, explorando como um local em particular molda uma experiência e identidade, enquanto, frequentemente, deixa de perguntar como esses locais são produzidos e sustentados dentro e através de um sistema de poder social. As *relações* sociais de dominação (de um capitalismo racializado e patriarcal), em outras palavras, tendem a ficar sub-teorizadas (BRENNER, 2000). Isso ocorre, em parte, porque, ao empregar a metáfora espacial de intersecção, a perspectiva interseccional tende a ver cada modo de dominação como um vetor distinto de poder, que então se cruza (intersecciona) com outros. Mas, ao assumir cada vetor de poder como dado independentemente numa primeira instância (anterior à intersecção), essa abordagem tem dificuldade em apreender a constituição recíproca de cada relação social dentro e através de outras relações de poder.

---

<sup>26</sup> Ver Collins (1993, 1998) e Collins e Anderson (1992).

Concomitante à emergência da interseccionalidade como um poderoso paradigma no interior da teoria feminista, se desenvolveu o feminismo materialista. Reagindo contra a virada discursiva, Rosemary Hennessy e outras autoras insistiam em retornar a teoria e prática feministas aos domínios extralinguísticos dos corpos, necessidades, relações de classe, sexualidade e afeto (HENNESSY, 1993; LANDRY; MACLEAN, 1993; HENNESSY; INGRAHAM, 1997). O resultado é um potente conjunto de obras que reabre as preocupações feministas socialistas anteriores e reabilita abordagens materialistas históricas para compreender a opressão de gênero. Além disso, assim como as feministas negras, as teóricas que trabalharam com essa perspectiva desenvolveram análises significativas da opressão sexual, ainda que apenas tenham apontado a necessidade de uma teoria que verdadeiramente integre o capitalismo e suas múltiplas opressões.

O feminismo da reprodução social, da forma como se desenvolveu nos anos seguintes à publicação de *Marxismo e a Opressão às Mulheres*, também, com frequência, ficou aquém ao elaborar uma análise completamente integrativa da constituição das relações de classe, gênero, sexualidade e raça. Apesar do objetivo declarado de desenvolver uma teoria unitária, que dava sinais promissores pelo seu comprometimento com uma concepção ampla e não economicista do trabalho, muitas das que trabalharam nessa tradição recaíram na análise dos dois sistemas ou em um descritivismo a-teórico.<sup>27</sup> Essas tendências são possivelmente um legado do que Himani Bannerji identificou como a influência estruturalista na política econômica socialista-feminista. Apesar das feministas da reprodução social partirem do conceito de trabalho, elas frequentemente tendem a conceituar o trabalho como uma *coisa* que opera dentro de outra coisa ou *estrutura* (por exemplo, a economia, o lar ou a comunidade).

Uma abordagem tão positivista, observa Bannerji, perde o sentido de história, do processo de tornar-se, através do qual relações estruturais se constituem e dos sujeitos daquela história em particular. Como resultado, muitas feministas socialistas criaram “um vão intransponível entre *self*, cultura e

---

<sup>27</sup> Exemplos de recaídas na teoria dos dois sistemas e no descritivismo são discutidos em Ferguson (1999).

experiência e o mundo em que eles surgem, e têm pouco a dizer sobre a subjetividade política” (BANNERJI, 1995, p. 80).<sup>28</sup> Esse é um motivo, ela sugere, pelo qual há um silêncio tão profundo sobre racismo no feminismo da reprodução social nos anos 1980 e 1990. Ao falhar na apreensão de processos complexos e contraditórios através dos quais as múltiplas dimensões da vida social criam um todo integral e dinâmico, muito do pensamento feminista marxista hesita quando se trata de teorizar a totalidade social em toda a sua diversidade.

Mas uma linha de investigação mais recente dentro da perspectiva feminista da reprodução social se mostra mais promissora, abordando suas categorias analíticas – trabalho, a economia, lares e assim por diante – como *processos* em vez de coisas. Na medida em que tem sucesso, essa perspectiva abre a possibilidade de uma leitura mais genuinamente histórico-materialista das relações sociais de poder. Perspectiva essa que identifica as condições sob as quais raça, gênero, sexualidade e classe são reproduzidas, transformadas e potencialmente revolucionadas. Isabella Bakker, Stephen Gill, Cindi Katz e David Camfield todos contribuíram para essa nova imaginação do modelo da reprodução social.<sup>29</sup> Em vez de apresentar estruturas em que os sujeitos meramente encenam a lógica sistêmica de seus locais sociais, seus trabalhos concebem o social como um conjunto de práticas passadas e presentes que compõem um sistema de relações estruturadas que as pessoas experimentam, reproduzem e transformam ao longo do tempo. Essa atividade transformadora é compreendida como trabalho em sentido amplo. O mundo, como Camfield aponta, é significativamente um produto do trabalho [*labour*] reprodutivo das pessoas – ou, como Bakker e Gill enfatizam, do que Gramsci chamaria de “trabalho” [*work*].<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Como notamos, a posterior adoção de Vogel, via Althusser, de uma noção rebuscada de “teoria” não contaminada pelo empírico comete um erro similar. Ver Vogel (2000).

<sup>29</sup> Ver Katz (2001), Camfield (2002), Bakker e Gill (2003). Como sugerimos acima, esse trabalho seria fortalecido pela abordagem dialética da experiência desenvolvida por Bannerji.

<sup>30</sup> Tal perspectiva não precisa envolver um voluntarismo humanista simples. Se humanos são, eles próprios, compreendidos como parte da natureza, como seres corporificados capazes de fazer história, então a noção de produção do mundial permanece envolvida no natural e no biológico, ao mesmo tempo em que o retrabalha. Sobre isso, ver McNally (2001).

Ao colocar o trabalho, concebido como uma atividade consciente, sensória, prática, no ponto de partida da análise (em vez de estruturas e funções), esses teóricos tanto retomam quanto constroem a partir da ideia central de Vogel, sem recair no funcionalismo estruturalista. A ideia de que a produção e reprodução da força de trabalho é, na verdade, um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas traz ação e, em última instância, história de volta ao cenário. Isso também traz corpos para a equação. E apesar de as feministas da reprodução social, a começar com Vogel, há tempos ponderarem a questão da natureza biofísica dos corpos (trabalhadores) – particularmente, como ou por que a capacidade biológica feminina de dar à luz e amamentar bebês importa – elas não dedicaram muito esforço em pensar o corpo (trabalhador) racializado. Ferguson sugere um lugar potencial para iniciar tal discussão interrogando a espacialização dos corpos num mundo capitalista hierarquicamente ordenado, enquanto Luxton, ao lado de Bakker e Silvey, propõem um argumento ao longo das mesmas linhas (FERGUSON, 2008; LUXTON, 2006, p. 38-40; BAKKER; SILVEY, 2008, p. 6). Ainda que reste muito a ser feito para dar corpo a um modelo de reprodução social que contemple completamente relações sociais, de gênero, raça e outras, o conceito de sujeitos trabalhadores (re)produtores, que é central para tais trabalhos, apresenta um início promissor.

Interessantes análises histórico-materialistas de raça e sexualidade apresentam outros inícios promissores para os quais podemos nos voltar para desenvolver um marxismo renovado, capaz de apreender o social como “a concentração de muitas determinações, portanto, unidade do diverso” (MARX, 1973, p. 101). Ainda que não seja possível lidar com essas literaturas tão abrangentes neste ponto, pode ser útil indicar algumas fontes e direções principais.

Com respeito à análise de raça e opressão racial, além das literaturas do feminismo negro citadas acima, trabalhos importantes sobre “o salário da branquitude”, que também partem de W.E.B. Du Bois, contribuíram enormemente para a compreensão dos investimentos psicológicos que muitos trabalhadores brancos fazem nas identidades racializadas e estruturas de

poder.<sup>31</sup> Em sincronia com as orientações teóricas dos melhores trabalhos recentes em teoria da reprodução social, essas análises restabelecem as pessoas da classe trabalhadora como agentes na formação (assim como no desfazer) da raça e do racismo. Na mesma linha, ainda que de um diferente ângulo de ataque, um crescente conjunto de obra do historiador Robin D. G. Kelley documentou aspectos da formação da classe trabalhadora negra nos Estados Unidos, incluindo suas dimensões de gênero e a forma como essa experiência envolveu a produção político-cultural dos persistentes “sonhos de liberdade” (KELLEY, 1990, 1994, 2002). Ao reconhecer que as experiências de gênero, raça e classe são sempre mutualmente influenciadas, ou constituídas mutuamente, Kelley também atentou de perto ao desenvolvimento de “uma nova classe trabalhadora urbana multirracial” nos Estados Unidos, analisando a interconexão de diversos aspectos da experiência social na sociedade capitalista (IBID., 1997).

Igualmente promissor é o surgimento de um vibrante estudo marxista sobre a sexualidade e diversidade, particularmente, estudos que examinaram as tensões de classe envolvidas na formação das identidades de gênero não normativas permeadas pelo processo sociocultural de mercantilização. Ligando a formação da identidade sexual a processos sociais maiores de acumulação de capital em espaços racializados e generificados, esses estudos interrogam a dialética de classe, sexualidade, raça e gênero de maneiras sutis e provocativas (HENNESSY, 2000, SEARS, 2005, FLOYD, 2009).<sup>32</sup> Ao fazê-lo, realizam contribuições indispensáveis para o desenvolvimento de um robusto materialismo histórico do capitalismo tardio no qual a sexualidade e a opressão sexual são colocadas como características essenciais de qualquer teoria unitária viável da sociedade capitalista.

Nenhum desses desenvolvimentos teóricos, no entanto, pode envolver um ao outro produtivamente fora de uma teoria social dialética. Ainda que muitas teóricas tenham trabalhado nessa área, poucas foram mais eficientes em

---

<sup>31</sup> Ver Roediger (1991, 1994 e 2008) e Ignatiev (1995). Sobre o texto fundante, ver Du Bois (1998). Sob o nosso ponto de vista, trabalhos como esses podem e devem complementar importantes estudos marxistas sobre racismo e controle social do tipo desenvolvido por Allen (1994, 1997).

<sup>32</sup> Para trabalhos anteriores, ver Smith (1983) e Kinsman (1987).

assentar as bases para um “marxismo feminista e antirracista” do que Himani Bannerji. Iniciando com a noção de experiência, assim como E. P. Thompson em sua discussão da *formação* de uma classe trabalhadora (THOMPSON, 1963),<sup>33</sup> Bannerji desenvolve uma análise dialética e multidimensional centrada no conceito de mediação. A vantagem desse conceito está na sua insistência em que a nossa experiência “imediate” do mundo é sempre socialmente e historicamente mediada.<sup>34</sup> Como consequência, cada “momento” da experiência social sempre já foi refratado ou mediado por outros momentos. Em vez de tentar abarcar diferentes relações sociais que chegam a uma intersecção, essa abordagem propõe uma “análise relacional e integrativa” projetada para construir teoricamente “uma visão mediativa e formativa da prática social” (BANNERJI, 1995, p. 67). Bannerji sugere que tal abordagem metodológica é simultaneamente desconstrutiva – desmonta a totalidade para localizar os momentos distintos do todo – e dialeticamente reconstrutiva:

“No melhor de si, é uma análise relacional e integrativa que precisa de um método desconstrutivo para apresentar o processo de mediação. Ela pode tanto desmontar como remontar (de modo não agregado) um evento ou experiência dentro de um contexto mais amplo usando uma teoria materialista de consciência, cultura e política” (HEGEL, 1977).

Ao propor que nenhuma categoria de experiência social deixa de estar inflexionada, refratada e constituída dentro e através de outras, essa perspectiva entende o todo social sempre como uma (frequentemente antagonista) unidade de diferenças. Ao fazê-lo, ela pode servir tanto às mediações diferenciadas da vida social *quanto* à sua complexa unidade, a própria tarefa que Marx descreveu quando ele defendeu compreender o concreto como “a concentração de muitas determinações” e, portanto, “a unidade do diverso”.

De fato, esse só pode ser um projeto inacabado. Ainda assim, uma das tarefas principais do materialismo histórico é desenvolver um mapa conceitual do real em todos os seus processos complexos e contraditórios do tornar-se. E isso é impossível sem uma teoria da contínua produção e reprodução do social

---

<sup>33</sup> A noção de Bannerji de experiência também é grande tributária do trabalho de Dorothy Smith (1987).

<sup>34</sup> A discussão clássica aqui é Hegel (1977).



em sua totalidade. A grande inovação de Marx foi ter compreendido a forma como a produção e reprodução da força de trabalho – e as histórias de desapropriação e expropriação que ela implica – é o grande segredo para compreender os processos totalizantes do capital. Ao colocar tal segredo no centro da análise em *Marxismo e opressão às mulheres* e ao ligá-lo às atividades reprodutivas especificamente femininas nos lares da classe trabalhadora, Lise Vogel estendeu criticamente o projeto de Marx e fez uma contribuição indispensável para a compreensão das formas generificadas da reprodução social capitalista. O fato de que há muito trabalho a ser feito nesse sentido não deve nos impedir de nos apropriar e desenvolver as ideias mais potentes deste trabalho.

### Referências bibliográficas

- ALLEN, T. *The Invention of the White Race: Volume One, Racial Oppression and Social Control*. London: Verso, 1994.
- \_\_\_\_\_. *The Invention of the White Race: Volume Two, The Origins of Racial Oppression in Anglo-America*. London: Verso, 1997.
- ARMSTRONG, P.; ARMSTRONG, H. Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism. *Studies in Political Economy*, v. 10, p. 7-43, 1983.
- BAKKER, I.; GILL, S. (eds.). *Power, Production and Social Reproduction*. Houndsmills/ Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- BAKKER, I.; SILVEY, R. Introduction: Social Reproduction and Global Transformations – From the Everyday to the Global. In.: *Beyond States and Markets: The Challenges of Social Reproduction*. New York: Routledge, 2008.
- BANNERJI, H. *Thinking Through: Essays on Feminism, Marxism and Anti-Racism*. Toronto: Women's Press, 1995.
- BRENNER, J. Review: Marxist Theory and the Woman Question. *Contemporary Sociology*, v. 13, n. 6, p. 698-700, 1984.
- \_\_\_\_\_. Intersections, Locations, and Capitalist Class Relations: Intersectionality from a Marxist Perspective. In.: BRENNER, J (ed.). *Women and the Politics of Class*. New York: Monthly Review Press, 2000.

- BRENNER, J.; RAMAS, M. Rethinking Women's Oppression. *New Left Review*, n. 144, p. 40-47, 1984.
- CAMFIELD, D. Beyond Adding on Gender and Class: Revisiting Marxism and Feminism. *Studies in Political Economy*, v. 68, p. 37-54, 2002.
- CLARK, A. *The Struggle for the Breeches: Gender and the Making of the British Working Class*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- COLLINS, P. H. Toward a New Vision: Race, Class, and Gender as Categories of Analysis and Connection. *Race, Sex & Class*, v. 1, n. 1, p. 25-45, 1993.
- \_\_\_\_\_. The tie that binds: race, gender and US violence. *Ethnic and Racial Studies*, v. 21, n. 5, p. 918-938, 1998.
- COLLINS, P. H.; ANDERSON, M. (eds.). *Race, Class and Gender: An Anthology*, Belmont: Wadsworth Publishing, 1992.
- DALLA COSTA, M.; JAMES, S. (eds.). *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1972.
- DAVIS, A. *Women Race and Class*. New York: Random House, 1981.
- DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America 1860-1880*. New York: Free Press, 1998 [1935].
- FERGUSON, S. Building on the Strengths of the Socialist Feminist Tradition. *Critical Sociology*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 1999.
- \_\_\_\_\_. Canadian Contributions to Social Reproduction Feminism, Race and Embodied Labor. *Race, Gender and Class*, v. 15, n.1/2, p. 42-57, 2008.
- FLOYD, K. *The Reification of Desire: Toward a Queer Marxism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- Gardiner, J. The Political Economy of Domestic Labour in Capitalist Society. In.: Barker, D.; Allen, L.: e Allen, S. (eds.). *Dependence and Exploitation in Work and Marriage*. New York: Longman, 1976.
- GIMENEZ, M. E. Structuralist Marxism on "The Woman Question". *Science and Society*, v. 42, n. 3, p. 301-323, 1978.
- HARTMANN, H. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. In.: SARGENT, L. (ed.) *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Boston: South End Press, 1981.
- HAUG, F. Gender Relations. *Historical Materialism*, v. 13, n. 2, p. 279-302, 2005.
- HEGEL, G. W. F. *The Phenomenology of Spirit*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

- HENNESSY, R. *Materialist Feminism and the Politics of Discourse*. New York: Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Profit and Pleasure: Sexual Identities in Late Capitalism*. New York: Routledge, 2000.
- HENNESSY, R.; INGRAHAM, C. *Materialist Feminism: A Reader in Class, Difference and Women's Lives*. New York: Routledge, 1997.
- HENSMAN, R. Revisiting the Domestic-Labour Debate: An Indian Perspective. *Historical Materialism*, v. 19, n. 3, p. 3-28, 2011.
- HOOKS, b. *Where We Stand: Class Matters*. New York: Routledge, 2000.
- HUMPHRIES, J. Class Struggle and the Persistence of the Working Class Family. *Cambridge Journal of Economics*, v. 1, p. 241-258, 1977.
- IGNATIEV, N. *How the Irish Became White*. New York: Routledge, 1995.
- JAMESON, F. *The Prison-House of Language*. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- KATZ, C. Vagabond Capitalism and the Necessity of Social Reproduction. *Antipode*, v. 33, p. 709-738, 2001.
- KELLEY, R. D. G. *Hammer and Hoe: Alabama Communists and the Great Depression*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Race Rebels: Culture, Politics and the Black Working Class*, New York: Free Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Yo' Mama's Disfunktional: Fighting the Culture Wars in Urban America*. Boston: Beacon Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Freedom Dreams: The Black Radical Imagination*. Boston: Beacon Press, 2002.
- KINSMAN, G. *The Regulation of Desire: Sexuality in Canada*. Montreal: Black Rose Books, 1987.
- LANDRY, D.; MACLEAN, G. *Materialist Feminisms*. Cambridge: Blackwell, 1993.
- LASLETT, B.; BRENNER, J. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. *Annual Review of Sociology*, v. 15, p. 381-404, 1989.
- LUXTON, M. Feminist Political Economy in Canada and the Politics of Social Reproduction. In.: Bezanson, K.; Luxton, M. (eds.). *Social Reproduction: Feminist Political Economy Challenges Neo-Liberalism*. Montreal: McGill-Queen's Press, 2006.
- MARX, K. *Grundrisse*. Baltimore: Penguin Books, 1973 [1857].
- \_\_\_\_\_. *Capital*. Harmondsworth: Penguin, 1976 [1867]. v. I

- MARX, K; ENGELS, F. The German Ideology [1845]. In.: Marx, K; Engels, F. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1975. v. 5
- \_\_\_\_\_. The Manifesto of the Communist Party [1848]. In.: Marx, K. *The Revolutions of 1848: Political Writings*. Harmondsworth: Penguin, 1973. v. I
- MCCLINTOCK, A. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Context*. New York: Routledge, 1995.
- MCNALLY, D. *Bodies of Meaning: Studies on Language, Labor and Liberation*. Albany: State University of New York Press, 2001.
- PALMER, B. *Descent into Discourse*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.
- ROEDIGER, D. *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. London: Verso, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Toward the Abolition of Whiteness: Essays on Race, Politics and Working Class History*. London: Verso, 1994.
- \_\_\_\_\_. *How Race Survived US History: From Settlement and Slavery to the Obama Phenomenon*, London: Verso, 2008.
- QUICK, P. The Class Nature of Women's Oppression. *Review of Radical Political Economics*, v. 9, n. 3, p. 42-53, 1977.
- SEARS, A. Queer Anti-Capitalism: What's Left of Lesbian and Gay Liberation? *Science and Society*, v. 69, n. 1, p. 92-112, 2005.
- Secombe, W. The Housewife and Her Labour Under Capitalism. *New Left Review*, v. 83, p. 3-24, 1974.
- SMITH, B. (ed.). *Home Girls: A Black Feminist Anthology*, Bristol: Falling Wall Press, 1983.
- SMITH, D. *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology*. Toronto: University of Toronto Press, 1987.
- THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin, 1963.
- VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. Domestic Labour Revisited. *Science & Society*, v. 64, n. 2, p. 151-170, 2000.
- YOUNG, I. Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of the Dual Systems Theory. In.: SARGENT, L. (ed.) *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Boston: South End Press, 1981.

\_\_\_\_\_. Socialist Feminism and the Limits of Dual Systems Theory. *Socialist Review*, v. 50, n. 1, p. 169-188, 1981.